

SOCIOLOGIA

REVISTA DIDÁTICA E CIENTÍFICA

SUMÁRIO

Aspectos mágicos do folclore paulis- tano	<i>Florestan Fernandes</i>	175
"Observação em massa"	<i>H. D. Willcock</i>	197
A natureza humana	<i>Donald Pierson</i>	218
O mito do Sumé	<i>Francisco S. G. Schaden</i> ..	230
Comunicação e comércio entre os ín- dios do Brasil	<i>Herbert Baldus</i>	237
Origem, formação e transformação do Direito à luz das pesquisas etnoló- gicas	<i>Richard Thurnwald</i>	250
FATOS E LIVROS		
Revistas estrangeiras		266

Vol. VI — N.º 3

1944

DIRETORES

ROMANO BARRETO • EMILIO WILLEMS

Comunicação e comércio entre os índios do Brasil

Sugestões para pesquisas etnográficas

HERBERT BALDUS

1. COMUNICAÇÃO

a) Transmissão de notícias.

De que maneira são transmitidas as notícias urgentes: por meio de andarilhos ou por sinais acústicos e óticos? Dizem que entre os Hório e Ebidoso do Chaco há corredores especiais empregados como mensageiros (cf. Baldus: *Indianerstudien* etc., pág. 50); não pude, porém, verificar essa afirmação.

Os mais simples sinais acústicos são o grito e o assobio. Muitos índios imitam vozes animais. Entre os Boróro fiquei sabendo duma particularidade desta tribo: metem na boca um dedo torcido ou as pontas unidas do polegar e do indicador, produzindo, assim, palavras assobiadas. A isso se refere, também, o padre Antonio Colbacchini (*À luz do Cruzeiro do Sul*, São Paulo 1939, pág. 54) quando escreve: "Outro fato singular dêstes índios é o modo de articular qualquer palavra por meio de assobios e isso de uma forma tão perfeita que eles se falam, assobiando, com toda facilidade, a notável distância. A base dessa linguagem é a acentuação da palavra transmitida pelo assobio. Usam particularmente desse meio fônico quando andam pela floresta ou pelas vastas campinas em caçadas ou incursões. O assobio ouve-se a maior distância e mais nitidamente do que a palavra e portanto é de grandíssima utilidade ao índio nas solidões imensas que habita."

Há, entre os índios sulamericanos, diversos instrumentos para assobiar. Nordenskiöld (*An Ethno-Geographical Analysis* etc., págs. 175-183 e mapas 32 e 33) estudou a distribuição de apitos típicos do Chaco. Fritz Krause (*In den Wildnissen Brasiliens*, págs. 315 e 316 e figuras 178 e 179) observou, entre os Karajá,

apitos de cabaço e folha de burití, e, além disso, três espécies de trombetas para dar sinais.

Esta é também a finalidade de muitos tambores, principalmente dos chamados torocanas que consistem num grande toro de madeira escavado a fogo, sendo comuns no noroeste da América do Sul (cf. E. Nordenskiöld: *Modifications in Indian Culture through inventions and loans*, Comparative ethnographical studies 8, Göteborg 1930, págs. 229-233 e mapa 5; Baldus e Willems: *Dicionário de Etnologia e Sociologia*, verbete "torocana"). Como há, entre os índios, sistemas de sinais assobiados tão perfeitos que podemos chamá-los de "linguagens de assobios", certas tribus chegaram a produzir, com seus torocanas, uma verdadeira "língua de tambores". Seria interessante estudar minuciosamente esta espécie de "língua".

Sinais óticos para transmitir notícias a grande distância podem ser, de fumaça, durante o dia, e de fogo, durante a noite. Faltam estudos sobre isso, com referência aos índios do Brasil.

b) Viagens.

Quem viaja? Há migrações de um povo inteiro ou parte dele, há viagens de um grupo composto somente de homens, viagens de uma única família e de um indivíduo só.

Porque se viaja? Pode ser que se queira visitar amigos e parentes, assistir a uma festa ou procurar uma noiva em outra aldeia. Pode ser que se queira buscar um certo barro, certas pedras, certas madeiras ou outra determinada matéria prima para a indústria. Pode ser que se queira pescar, caçar, roçar, trabalhar para os brancos, atacar inimigos ou comerciar em outras terras. É possível que se marche fugindo de tribus agressivas ou por medo duma vingança dentro da própria tribu. Pode ser que a morte de alguém faça uma horda levantar o campo e andar, como acontece, por exemplo, no Chaco (cf. Baldus: *Indianerstudien* etc., pág. 67). Epidemias, secas e inundações são outras razões de viagens involuntárias. Pode ser, também, que a rivalidade entre dois indivíduos-condutores ou o descontentamento de uma parte da tribu com a outra ou com o chefe leve à separação e migração, o que, segundo relatos antigos e modernos, já se deu frequentemente entre índios do Brasil. Há, por fim, certas necessidades psíquicas

de viajar que dominam continuamente ou sobrevêm, às vezes, indivíduos e tribus inteiras, como sucedeu, por exemplo, com várias tribus tupí que marchavam em procura da "terra sem mal" (cf. A. Métraux: "Les migrations historiques des Tupi-Guarani" in: *Journal de la Societé des Américanistes de Paris*, n. s., XIX, Paris 1927, e *La religion des Tupinamba etc.*, págs. 201-224).

Quando se viaja? Certas estações do ano e horas do dia são mais próprias para viajar do que outras.

Quantas vezes se viaja? Há tribus e indivíduos que viajam frequentemente, e existem outras que o fazem raramente.

c) Caminhos

Campos e rios podem ser caminhos naturais de ligação entre tribus, mas, às vezes, separam-nas como fronteiras naturais. É por isso que devemos estudar o papel de cada um deles a êsse respeito. Convém pedirmos aos índios desenharem mapas, ou na areia ou em papel. Um chefe dos Suyá desenhou com o dedo na areia a região das cabeceiras do Xingú (von den Steinen: *Durch Central-Brasilien*, págs. 213 e 214), e dois jovens Taulipáng desenharam com lapis o curso e os afluentes dos rios Kukenáng e Yuruaní (Koch-Grünberg: *Vom Roroima etc.*, III, pranchas 34 e 35). Se bem que o valor de tais mapas consista, geralmente, em informar-nos sobre os conhecimentos geográficos do cartógrafo e dar-nos indicações mais ou menos úteis para futuras viagens, podem êles servir, também, para esclarecer melhor os problemas dos caminhos.

Questão importante é a passagem de rios e pantanais. Segundo Mabilde (Serrano: *Los Kaingangs etc.*, pág. 35), os Kaingang do Rio Grande do Sul eram péssimos nadadores temendo muito a água. Os Karajá, por outro lado, que passam grande parte de sua vida navegando no Araguaia, nadam excelentemente, atravessando, nas competições de natação, o rio em lugares cuja largura varia de seis a oitocentos metros (Krause: *o. c.*, pág. 313). Dos Nambikuara do noroeste de Mato Grosso disse o general Rondon (*apud* Botelho de Magalhães: *Pelos sertões do Brasil*, pág. 87): "...para os seus transportes por água, limitados a simples passagens de uma para outra margem dos rios, nada mais empregam que umas boias de talos de burití, com que auxiliam a nata-

ção.” Mais explícita, ainda, é a seguinte observação de Julio Caetano Horta Barbosa com referência a dois Nambikuara por êle encontrados no rio Juruena (*ibidem*, pág. 50): “Para atravessar o rio, um deles colocou por baixo dos braços duas boias finas de talos de buri-tí, enquanto o outro, firmado nos pés do primeiro, foi por êste rebocado até onde estávamos. Depois atravessámos, levando um índio na canoa e o outro nadando apoiado à pôpa.” Um desses flutuadores de talos de buri-tí, com que os índios da Serra do Norte atravessam os rios a nado, vemos na figura 36 da *Rondonia* de Roquette-Pinto.

O príncipe de Wied (*Viagem ao Brasil*, pág. 295) escreve dos Botocudos os quais, aliás, no dizer dele, “foram sempre bons nadadores”: “Quando não são largos os rios, atravessam-nos em pontes feitas com cipó, que em cada lugar quasi sempre preparam de antemão, para esse fim. São muito grosseiras e constituídas de um único e comprido cipó, estendido um pouco bambo acima da superfície da água; marcham sôbre ela em pé, segurando com as mãos um outro, estirado mais acima. Sôbre tais pontes atravessa a horda toda, velhos e moços, com toda a bagagem.” Para a passagem de córregos, os Tapirapé abatem uma árvore da margem de maneira que o tronco caído forme uma pinguela. Uma pinguela feita de vários troncos unidos em forma de feixe por “índios bravios” de Mato Grosso vemos numa prancha da *Ethnographia* de Rondon. Como essa pinguela, também a dos Taulipáng representada por Koch-Grünberg (*o. c.*, III, fig. 6) tinha corrimão, distinguindo-se, porém, por consistir num tronco colocado sôbre estacas cruzadas que estavam fincadas na margem e no fundo da água. A distribuição de pontes índias na América do Sul foi estudada por Nordenskiöld (*Modifications etc.*, págs. 222-227 e mapa 4).

Outro problema a respeito dos caminhos é sua marcação. Frequentemente, galhos quebrados servem para isso.

Interessante é também averiguar-se como os índios calculam as distâncias. “Dormir dois”, dizem os Karajá para indicar que uma viagem dura até o terceiro dia. Faltam estudos sôbre o cálculo de distâncias que são percorridas em poucas horas.

Outrossim, os pousos merecem a nossa atenção. Que comodidades oferece o lugar que serve de pouso por umas horas ou uma noite, e quanto êle dista de outra pousada?

d) Meios de transporte.

Carros e animais de tiro, de carga e de montaria chegaram a ser conhecidos entre os índios do Brasil somente pelo contacto com a nossa civilização. Há muitas tribus que ainda ignoram por completo êsses meios de transporte. No dizer de Métraux (*La civilisation des Indes* servem cestos e redes. No dizer de Métraux (*La civilisation matérielle* etc., pág. 204), "tous les Indiens de l'Amérique du Sud qui ont conservé l'intégrité de leur civilisation ont l'habitude de maintenir sur leur front, à l'aide d'une bande de coton ou de fibres végétales, la charge petite ou grande qu'ils portent toujours sur le dos." — Se segundo notícias do Brasil Holandês havia índias que carregavam certo tipo de canastra chamado panacú na cabeça a modo dos negros, convém perguntar se essa técnica de transporte não revela influência africana (*ibidem*). Informes de outras épocas e outras regiões do Brasil não atribuem aos índios essa maneira de carregar, e nunca a vi empregada pelas muitas tribus que visitei. E' verdade que as mestiças paraguaias que conservam tantos traços físicos e culturais de seus antepassados guaraní, colocam qualquer objeto para carregar na cabeça, seja um pedaço de sabão ou um braçado de raizes de mandioca. Mas quando percorri com camaradas paraguaios as densas matas de seu país, eles conduziam a carga às costas suspensa por uma faixa na frente à maneira dos índios e usando da técnica que empregam para transportar, nos hervais, os enormes feixes de folhagem de mate. E' que as mulheres paraguaias andam, em geral, por caminhos largos ou campo aberto onde não há, como na selva, inúmeros galhos que, não sendo cortados antes da passagem de uma pessoa, lhe tiram qualquer carga da cabeça.

Nordenskiöld (*The Ethnography of South-America* etc., págs. 171-174 e mapa 21) estuda a distribuição de cêstos de carga oblongos na América do Sul.

No capítulo sobre indumentária, já falamos de outro meio de transporte muito comum entre as tribus do Brasil, isto é, das charpas para carregar crianças.

Problema importante é a velocidade dos transportes terrestres e aquáticos.

Os meios de transporte por água, empregados pelos índios do Brasil, são a jangada e a canoa. Balsas feitas de alguns paus ligados mediante cipós foram observadas entre várias tribus tupí (cf. Métraux: *o. c.*, págs. 210 e 211). Distinguem-se duas espécies de canoas: as feitas de um tronco escavado, e as da casca de árvores. Seria interessante saber se alguma tribu de índios imita a pelota, couro de boi ou de anta em forma de cesto servindo de balsa no Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

A respeito das ubás de madeira dos Karajá escreve Krause (*o. c.*, págs. 285 e 286): “As canoas são construídas pelos homens. Todos sabem fazê-las, se bem que muitos se limitem a comprar canoas de outros em troca de um machado de ferro. Aparentemente, certos homens fabricam canoas em maior quantidade para a aldeia, vendendo-as depois... Como matéria prima serve o tronco do lantim; Ehrenreich indica pau-d’arco e jatobá.” Os Karajá escavam os troncos mediante machado e fogo, queimando na cavidade folhas de palmeira.

Sobre o fabrico da canoa de casca (pêpe) dos Bakairí relata Antonio Pyrineus de Sousa (*apud* Botelho de Magalhães: *o. c.*, págs. 30 e 31): “Conhecem que um jatobá larga a casca, golpeando-o a machado no tronco em forma de triângulo. Se o jatobá tem muita seiva — se está aguado — a casca assim golpeada desprende-se com facilidade da madeira e presta-se à construção da pêpe; se porém o jatobá tem pouca seiva, a casca fende-se e não se separa da madeira. Não servirá então para canoa. É preciso também que o tronco seja linheiro, sem nó e sem broca. Na máxima força da estação chuvosa, de outubro a março, é a melhor época de tirar casca de jatobá para construção de canoas. Submetido o jatobá à prova acima, corta-se-lhe a casca, no tronco, transversalmente, em extensão igual à largura que se quer dar à popa da canoa e vae-se cortando simultaneamente de um e de outro lado ao longo do tronco e para cima, de modo a abrir duas fendas verticais, paralelas, onde meterão cunhas de taquara, flexíveis, entre a casca e a madeira, de forma que duas cunhas opostas se encontrem no meio da telha de casca que se procura levantar. Quando as fendas verticais e paralelas vão ficando altas do chão, constroe-se um girau em tórno do jatobá e o índio aí sobe com o machado e as cunhas para continuar a operação até chegar à altura que dê o comprimento da canoa e então faz outro corte transversal,

paralelo ao primeiro, no tronco do jatobá. Desmancha-se o girau e arria-se a casca solta, com cuidado para que ela não se quebre na queda. Debruça-se a casca no chão e tora-se a sua parte externa nas duas extremidades, deixando descoberto o endoderma na extensão correspondente à proa e à pôpa da canoa. Levanta-se a casca assim preparada a um girau baixo e acende-se dentro dela um fogo brando, feito com palhas ou folhas secas. Com o calor, a casca torna-se flexível: molda-se então a canoa, levantando-se-lhe a proa e a pôpa, que ficam sustentadas por fortes espeques, até que esfrie bem a casca. Depois de fria a casca não perderá mais a forma que tomou quando quente. Com travessas de madeira espedadas nos dois bordos, por dentro, abre-se o bojo da canoa; estas travessas são conservadas a fim de que a canoa não se feche sob a ação do calor. O jatobá torna a criar casca quando é ainda novo; se é velho, morre fatalmente.”

Interessante descrição da mesma fabricação é dada, também, por Max Schmidt (*Indianerstudien* etc., págs. 53-55 e flg. 8). Koch-Grünberg (*o. c.*, III, págs. 76 e 77 e fig. 5) descreve o fabrico da canoa de casca dos Taulipáng e de seus vizinhos, elucidando-o por desenhos tirados da obra de Farabee. Bem representadas são as canoas de casca em von den Steinen (*Unter den Naturvölkern* etc., pranchas X e XI). Nordenskiöld (*o. c.*, pág. 182 e mapa 22) estuda a distribuição desta espécie de embarcação entre os índios da América do Sul.

Enquanto as tribus do Xingú superior usam somente canoas de casca e os Karajá do Araguaia somente ubás de tronco cavado, a-pesar-de terem à sua disposição a mesma matéria prima com que os Bakairí fabricam as canoas de casca, empregam os Taulipáng do Alto Kukenáng ambas as espécies (*ibidem*).

Outras questões a respeito são: como calafetam a canoa e como ela é transportada por terra? Os Karajá calafetam suas canoas de madeira com cera, resina e entrecasca, ao passo que as fendas nas canoas de casca são tapadas, no Xingú, por meio de barro (cf. Max Schmidt: *o. c.*, pág. 55). Krause (*o. c.*, fig. 9) reproduz uma fotografia que mostra um vau com longa fila de paus dispostos transversalmente, sobre os quais os Karajá empurraram as canoas no tempo das águas baixas. Segundo Koch-Grünberg (*l. c.*), a canoa de casca dos Taulipáng é tão leve que um homem pode carregá-la facilmente sobre a cabeça.

Para a localização de suas embarcações, os índios usam remos e varas. Seria interessante averiguar se há, no Brasil, tribus que sabem navegar à vela. Métraux (*o. c.*, págs. 209 e 210) divide os remos dos Tupí segundo a classificação do padre Wilhelm Schmidt em 1) pá em forma de lanceta, 2) pá redonda ou oval, 3) pá de bordas paralelas. A riqueza das formas de remos sul-americanos e sua distribuição percebem-se em Nordenskiöld (*o. c.* mapa 23 e págs. 183-185).

Os Karajá remam ajoelhados ou sentados com o rosto para a frente. Havendo um remo só, êle serve simultaneamente de leme, colocando-se o remador na popa. Um segundo remador toma lugar na proa, e se há mais remadores, êles distribuem-se pela ubá inteira (cf. Krause: *o. c.*, pág. 276). Dos Guató que passam grande parte de sua vida navegando nos lagos Uberaba e Gaiba no vale do Alto Paraguai, relata Max Schmidt (*o. c.*, pág. 177): “Estando a família em viagem, a mulher senta-se na popa para pilotar (cf. prancha XI). No meio da canoa estão sentadas as crianças das quais as maiores já ajudam bem com seus remos pequenos e adequados a seu tamanho. Na proa encontra-se o homem, sentado ou de pé, e maneja o remo comprido.” — Êste remo guató tem 2m 50 de comprimento e mais (*ibidem*, pág. 176), ao passo que um remo karajá em meu poder mede 1m 14. Krause (*l. c.*) afirma ser de “cerca de 1m 30” o comprimento dos remos desta tribu do Araguaia.

Tanto os Guató como os Karajá usam, além dos remos, varas de quatro a cinco metros de comprimento e chamadas de zingas pelos seus vizinhos brancos. A zinga dos Guató termina numa espécie de forquilha para apoiar-se nas plantas aquáticas que abundam nas vias navegadas por êstes índios (Max Schmidt: *o. c.*, pág. 177 e fig. 31). Os Karajá zingam fazendo alguns passos da proa para o meio da ubá com a vara firmemente nas mãos e fincada na areia. Observa Krause (*o. c.*, pág. 277) que nesta tribu na qual ambos os sexos remam, êle nunca viu mulher alguma manejar a zinga.

E' preciso mencionar, por fim, que muitas tribus do Brasil ignoram a arte de navegar.

Sobre a navegação dos Tupí escreveram Métraux (*o. c.*, págs. 207-211) e E. Pinto (*Os indígenas do nordeste*, II, págs. 179-182); sôbre a dos índios em geral há o trabalho de Georg Friede-

rici: *Die Schiffahrt der Indianer*, Stuttgart 1907; sobre a dos povos naturais de diferentes partes do mundo há um capítulo com bibliografia em Montandon (*Traité d'ethnologie culturelle*, págs. 585-614). No tocante aos diversos tipos de embarcações dos pescadores marítimos brasileiros informa o *Ensaio sobre as construções navaes indígenas do Brasil* do almirante Antônio Alves Câmara (Brasiliana, vol. 92, segunda edição, São Paulo 1937).

2. COMÉRCIO

Escreve von den Steinen (*o. c.*, págs. 333 e 334) dos índios do Xingú superior: "A importância das boas relações com as tribus vizinhas é um fato que se depreende da quase necessidade do intercâmbio. Uma tribu é *zoto*, senhor deste artigo, a outra daquele. Na terceira parte do capítulo IX já foi dito o que há de mais importante sobre a questão. Os Bakairí tinham por especialidades os colares com pedaços brancos e retangulares de concha, missangas de concha, urucú, fios de algodão, redes; os Nahuquá: cúias, assim como colares com pedaços vermelhos de concha e pérolas de tucum; os Mehinakú e parentes: potes e fio fino de algodão; os Trumaí e Suyá: machados de pedra e fumo; os Trumaí e talvez também os Yaulapiti: colares com pedras perfuradas. O sal de bambú, preparado pelos Trumaí, constituía igualmente um produto apreciado pelas outras tribus. Todos esses artigos eram mercadoria. Percorriam, em parte, o longo caminho dos Bakairí aos Suyá, passando sucessivamente pelas tribus intermediárias. Os Suyá negociavam com os Kamayurá, estes com as tribus ceramistas; entre estas, por sua vez, os Mehinakú tinham estreitas relações com os Nahuquá, e os Kustenaú com os Bakairí do Batoví. Os Bakairí mais próximos da nascente do Kulisehu recebiam os machados de pedra de origem suyá e os potes de fabricação kustenaú de seus parentes do Batoví, e os Bakairí da terceira aldeia do Kulisehu recebiam-nos dos Nahuquá, com os quais mantinham estreitas relações. Depois de, em 1884, darmos aos Bakairí do Batoí alguns dos nossos artigos caraíbas, o cacique da primeira aldeia serviu-se da conjuntura propícia, empreendendo uma viagem comercial à região baixa de Kulisehu. De tal sorte às vêzes também se estabelecia intercâmbio entre tribus não vizinhas. Os artigos recebidos pelos Suyá em troca de seus machados de pedra são macas, colares de concha, penas de arara e potes.

“Embora existisse um comércio de trocas antigo e necessário, faltava contudo, pelo menos até certo ponto, a noção do valor. Quem vinha a alguma aldeia trazia uma ou outra mercadoria, entregando-a se lhe dessem alguma comida por ocasião da chegada. Os artigos desejados em troca eram-lhe entregues em diminuta quantidade na recepção, e em quantidade maior na partida. Quando nos despedimos em Maigéri pudemos observar o exemplo típico: tivemos de sentar-nos e recebemos uma cesta com farinha. Assim, os Bakairi mansos traduzem a palavra portuguesa “comprar” com *yekadile*, sentar-se. O comércio, portanto, ainda não passa de uma troca de donativos de hóspedes. Mas êste fato se baseia somente no nível cultural dessa gente, e não no caráter generoso. O índio em absoluto não é hospitaleiro no sentido de sentir-se imensamente honrado com a visita e incondicionalmente obrigado a receber os hóspedes com grande quantidade de beijús e bebidas. Já deseja receber alguma coisa em troca do mantimento oferecido ao hóspede; fica cedo impaciente quando o hóspede se demora na aldeia unicamente para ter pensão barata, e pede-lhe sem cerimônia que se retire. Na lenda bakairí já se relata, simultâneamente com a origem da dança, que os convidados e hospedados trouxeram, como presente, flechas e barbantes. E’ certo que os nossos companheiros de viagem somente nos ofereciam peixe durante a jornada quando êles mesmos já se sentiam satisfeitos, não eram também os beijús melhores que se deixavam para nós. A eterna conversa, também entre êles próprios, girando em tórno da questão de saber se esta ou aquela tribu era “*kúra*”, mostrava com toda a clareza que a hospitalidade não era nada menos que ingênua; era sempre grande a satisfação quando declarávamos que alguma tribu era “*kurápa*”, porquê isso significava de nossa parte termos feito poucos negócios com ela. O louvor próprio dos hóspedes era grande demais para que o contemplado pudesse acreditar na virtude pura do selvagem desinteressado.

“A comêço, a nossa maneira sobriamente comercial, isto é, a troca de objeto por objeto, era completamente nova a tôdas as tribus. Mas aprenderam depressa. Verificavam-se, porém, os absurdos mais divertidos. Alguém levantava uma mancheia de mangabas, exigindo insistentemente, em troca, uma faca grande. Outro reclamava pérolas por se lhe ter pôsto uma atadura na mão. Só quando se lhes fazia compreender que a gente mesmo só pos-

suía um exemplar do objeto disputado, deixavam de pedi-lo.” (Citado da tradução de Egon Schaden, págs. 428-430).

Se, por um lado, não devemos generalizar o que von den Steinen disse da hospitalidade do índio, é preciso considerar, por outro lado, que o comércio entre tribus vizinhas nem sempre exige estejam elas em relações amistosas. Entre os Tapirapé, por exemplo, conheci indivíduos tão interesseiros como os a que se refere o explorador do Xingú, e outros que, durante a minha longa convivência com êles, nunca paravam de regular-me generosamente com todas suas comidas, sempre mostravam-se honrados com a minha visita e nem uma única vez deram a entender o desejo de receber alguma retribuição. No tocante a relações mercantis entre tribus inimigas seja citada a seguinte informação sôbre os Uetaká dada por Jean de Léry (*Viagem à Terra do Brasil*, tradução de Sérgio Milliet, Biblioteca Histórica Brasileira VII, São Paulo 1941, págs. 71 e 72): “O Margaiá, o Karajá ou o Tupinambá (assim se chamam as nações vizinhas), sem se fiar no Uetaká mostra-lhe de longe o que tem a mostrar-lhe, foice, faca, pente, espelho ou qualquer outra buginganga e pergunta-lhe por sinais se quer efetuar a troca. Em concordando o convidado exhibe por sua vez plumas, pedras verdes que colocam nos lábios, ou outros produtos de seu território. Combinam então o lugar da troca, a 300 ou 400 pés de distância; aí o ofertante deposita o objeto da permuta em cima de uma pedra ou pedaço de pau e afasta-se. O Uetaká vai buscar o objeto e deixa no mesmo lugar a coisa que mostrara, arredando-se igualmente, a fim de que o Margaiá ou quem quer que seja venha procurá-la. Enquanto isso se passa são mantidos os compromissos assumidos. Feita porém a troca, rompe-se a trégua e apenas ultrapassados os limites do lugar fixado para a permuta procura cada qual alcançar o outro a fim de arrebatá-lo a mercadoria.”

Bem diferente desta notícia quincentista sobre índios do litoral fluminense é o que um etnógrafo moderno escreve com referência a uma tribu da fronteira da Venezuela com o norte da Guiana Brasileira. Lemos em Koch-Grünberg (*o. c.*, III, págs. 355 e 356): “Várias vêzes já falamos sôbre o extenso comércio dos Yekuaná. Favorecem-no numerosos atalhos muito frequentados que atravessam a mata em todas as direções, estreitas pontes terrestres sobre as quais carregam as leves canoas de um rio para

outro, e, finalmente, inúmeras correntes de água. Desde os tempos mais remotos, os índios conhecem todos êstes caminhos, usando-os desde muitas gerações. As mercadorias principais dos Yekuaná são raspadeiras de mandioca, sarabatanas e canas de sarabatana, novelos de linha fina de algodão enrolados com bom gosto, macas e cães de caça. O comércio baseia-se na confiança recíproca, mesmo se ambos os partidos nunca antes se viram. Frequentemente passa muito tempo até a entrega do equivalente em mercadorias. Os índios dos campos que me levaram ao Urari-cuera superior, aproveitaram a ocasião para comprar dos Yekuaná e Guinaú, que vieram ao nosso encontro, as raspadeiras trazidas por encomenda. Ambos os partidos estavam um em frente do outro, não se olhavam e regateavam muito tempo obstinadamente, um dos compradores de maneira excitada, o outro aparentemente com indiferença e sangue frio, e o dono, sendo o mais esperto dos três, com sorriso amavel e cada mão apoiada numa raspadeira.”

Sôbre seus negócios com os Karajá escreve Krause (*o. c.*, págs, 279 e 280). “O comércio efetuou-se com grande tranquilidade. Os índios trouxeram seus objetos dizendo o preço. Depois de examinar minuciosamente o objeto, fiz a oferta. Em certos casos, o objeto não foi aceito. Sempre exigiram ver o objeto, fosse êle colar, espelho, faca ou tesoura. Então pediram a opinião de um perito. Têm tais sabedores para o exame de missangas, ferramentas, fazendas etc.. Só depois de o perito ter-se manifestado favoravelmente, fizeram o negócio. No caso contrário, eu tive de mostrar outras coisas. O objeto adquirido passou de mão em mão, foi experimentado ou posto por todos e tardou em chegar às mãos do dono. Ferramentas foram examinadas pelas unhas, e missangas pelos dentes. Não aceitaram ferramentas embotadas, missangas quebradiças e objetos usados. Aliás, cada um deixou o outro negociar de per si e não interveiu, emitindo a sua opinião somente ao ser consultado.”

Estas observações feitas por Krause em 1908 diferem das feitas por mim em 1935. Em vez de tranquilos, os Karajá da aldeia Beroromandú mostraram-se importunos e insolentes quando vieram negociar comigo. Um rapaz karajá de Santa Isabel ofereceu-se-me como intermediário no comércio com os seus companheiros de tribu que estavam chegando, e adquiriu de mim, mais

tarde, alguns espelhos para dá-los a uma tribo vizinha, isto é, aos Kavajé, em troca de enfeites de penas.

Merece atenção especial o papel do chefe e de outros indivíduos-condutores a respeito do comércio de sua tribo.

Enquanto, por um parte, há tribus tão dedicadas ao comércio como os Yekuaná que, segundo Koch-Grünberg (*o. c.*, III, págs. 348 e 349), viajam, como mascates, de uma aldeia a outra e de uma tribo a outra, carregando grandes cestos cheios de raspadeiras de mandioca para vender, encontramos, por outra parte, tribus que não sentem necessidade alguma de comerciar ou que fazem só certas trocas de presentes por ocasião de festas ou visitas casuais.

Segundo Krause (*l. c.*), os Karajá, em seus negócios dentro da própria tribo, "tem preços fixos, valendo uma canoa um machado ou dois dentes de capivara." Quando eu estive entre estes índios do Araguaia, venderam a ubá nova por 50 a 100 mil réis ou por um filhote de arara vermelha.